FECOSUL e Sindicatos dos Empregados no Comercio e Serviços do RS manifestam-se favoráveis a regulamentação do Trabalho aos Feriados no Setor com publicação de Portaria Consensuada entre Empregados(CNTC) e Empregadores(CNC) em fevereiro de 2024.

Diante de informações incorretas veiculadas em setores da imprensa nos últimos dias, a FECOSUL- Federação dos Empregados no Comercio de Bens e Serviços do RS, vem através desta esclarecer que a Portaria nº 3665/2023, a qual encontra-se suspensa até o dia 1º de julho de 2025, objetiva tão somente corrigir claros vícios de constitucionalidade e legalidade da portaria 671/2021, a qual violava frontalmente o art. 6º-A da Lei 10.101 e gerava grande insegurança jurídica.

A Portaria nº 3665/2023 **trata tão somente sobre o trabalho aos feriados**, especificando quais os estabelecimentos que pelas exigências técnicas das empresas não podem interromper o seus serviços, ficando autorizadas a utilizar mão de obra empregada nos dias feriados, nos termos da Lei 605/49. Esta lei, que instituiu o descanso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, também vedou o trabalho em dias feriados, exceto naquelas atividades em que a execução do serviço for imposta pelas exigências técnicas das empresas. Estas atividades eram reguladas desde o ano de 1949, pelo Decreto 27.048/49, o qual foi revogado em 2021.

Não obstante esta regra, depois de intenso debate promovido pelo Ministério do Trabalho no ano de 2007, numa mesa tripartite, com a presença de governo, empresários e trabalhadores, as partes construíram um consenso, que, em forma de projeto de lei, foi apreciado e aprovado pelo Congresso Nacional, acrescentando à Lei 10.101, o Art. 6º-A, o qual concedeu a permissão do trabalho aos feriados pelos empregados no comércio em geral, desde que autorizado em Convenção Coletiva de Trabalho e permitida abertura dos estabelecimentos em lei municipal.

A FECOSUL/CNTC foi uma das integrantes deste Fórum Tripartite e entende que esta construção tem se revelado acertada e, portanto, deve ser mantida, pois equilibra as relações entre capital e trabalho, além de fortalecer o processo de negociação coletiva, que de acordo com a realidade local pode estabelecer normas e condições adequadas para o trabalho em dias feriados, visando o atendimento dos interesses dos trabalhadores, empregadores e da sociedade em geral.

Faz-se oportuno ressaltar que a CNTC participou na mesa nacional de negociação nomeada pelo ministro Marinho em 13 de novembro de 2023. Esta mesa, com 10 representantes dos trabalhadores (Confederações e Centrais) e 10 representantes patronais (indicados pela CNC), construiu uma proposta de consenso em substituição as portarias Nº 671/21 e 3665/23, a qual estabelece as atividades que se enquadram nas exceções da Lei 605 de 1949, além de manter a possibilidade da utilização de mão de obra empregada no comércio em geral aos feriados, mediante a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho, conforme estabelece o Art. 6º-A da Lei 10.101/2000.

Dessa forma, a FECOSUL, como integrante histórica desse processo de negociação, entende que o arcabouço legal existente, somado ao texto consensuado por representantes de empregados e empresas junto ao Ministério de Trabalho, traz maior segurança jurídica ao se basear em normas já consolidadas junto às entidades e tribunais, bem como reflete o equilíbrio nas relações de trabalho.

ANTE AO EXPOSTO, a FECOSUL defende publicação da portaria consensuada entre trabalhadores e empregadores na mesa nacional de negociação instalada pelo MTE a qual, após 5 reuniões, fez a entrega da referida proposta ao Ministro do Trabalho Luiz Marinho, ainda no ano de 2024, por entender que a mesma fortalece a negociação coletiva, preserva os direitos trabalhistas, dá segurança jurídica às empresas e atende às necessidades básicas da população.

Porto Alegre, 05 de junho de 2025.

Guiomar Vidor-Presidente FECOSUL